

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FSP

CLASS. : 1259

DATA : 10 01 90

PG. : 1



Agência Estado

GARIMPO TERÁ TRÊS ÁREAS NA RESERVA IANOMAMI

O ministro Saulo Ramos (Justiça) determinou a transferência de garimpeiros para três áreas dentro do território ianomami, em Roraima (na foto, cerca de 400 pessoas fazem protesto em Boa

Vista pela manutenção do garimpo). A medida contraria liminar da Justiça Federal que determina a interdição e a "retirada imediata" dos 45 mil garimpeiros da região. A decisão foi tomada

após reunião em Brasília com representantes da Funai e da Secretaria de Assessoramento Nacional. Para Saulo, "nenhuma decisão judicial pode determinar o impossível".

PÁG. A-8

fonte: FSP

class.: 1259

data: 10 1 90

pg.: A-8

Saulo aceita permanência de garimpeiros na reserva

RICARDO JÚLIO

Da Sucursal de Brasília

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, aceitou ontem uma proposta de assentamento dos garimpeiros de Roraima que contraria a liminar 244/88 da Justiça Federal. Concedida no dia 20 de outubro último, a liminar determina a "interdição" da área de 9.419.108 hectares ocupada pelos ianomami e a "retirada imediata" dos 45 mil garimpeiros que invadiram a região. Desrespeitando esta determinação, Ramos concordou com a transferência dos garimpeiros para três áreas dentro do território indígena.

A decisão foi tomada ontem após uma reunião de três horas em Brasília com representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Secretaria de Assessoramento Nacional (Saden), entre outros órgãos. Saulo Ramos foi designado por Sarney para representar o governo.

As áreas concedidas pelo governo foram escolhidas pelos próprios garimpeiros, em proposta encaminhada ontem através do diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma. A única área negada é uma faixa territorial próxima à fronteira com a Venezuela. As áreas concedidas ficam entre as aldeias ianomami,

em uma região definida pela Funai como "floresta nacional". Saulo tentou justificar a concessão das áreas afirmando que "nenhuma decisão judicial pode determinar o impossível". Com esta declaração ele reconhece a incapacidade do governo em retirar os garimpeiros.

A reserva indígena é estimada em 9,4 milhões de hectares de área contínua. Pela proposta formulada pelos garimpeiros e pelo governo do Território, o governo federal aceitou reduzir a área ianomami para "ilhas" num território que, somado, chega a pouco mais de 2 milhões de hectares. Essas "ilhas" estarão cercadas de reservas de garimpo.

Por achar que a mudança de área coloca em risco a vida de centenas de índios, o sertanista da Funai Sydney Possuelo, coordenador da retirada de garimpeiros, e o administrador regional da Funai em Boa Vista, José Maria Nascimento, se desligaram ontem da operação. Possuelo acha impossível que os garimpeiros respeitem dentro da selva amazônica uma delimitação de área onde poderiam buscar ouro.

O ministro da Justiça desafiou o juiz da Sétima Vara Federal, que concedeu a liminar, Novelty Vilanova da Silva Reis, a evacuar

as áreas indígenas. "Se eu não consigo, peço a ele então que resolva o caso", afirmou Saulo. Segundo ele, qualquer decisão da Justiça tem que ser pautada sempre "dentro do possível". O governo também se comprometeu a não retirar os equipamentos dos garimpeiros da região. Esta concessão contraria um decreto presidencial de 12 de dezembro de 89, que estabelece o plano de defesa das áreas ianomami. Apesar do desrespeito ao decreto, Saulo afirma que "as medidas são absolutamente regulares".

O delegado-chefe da Polícia Federal, Romeu Tuma, viajou ontem à capital de Roraima onde participou das discussões sobre o plano de retirada. Por volta das 16h, Tuma foi até a diocese de Roraima, localizada em frente ao palácio de governo, e conversou por cerca de 15 minutos com o bispo de Boa Vista, d. Aldo Mogiano. Durante o encontro, cerca de 400 garimpeiros que durante o dia permaneceram diante do palácio de governo foram até a porta da diocese, onde começaram a gritar. Por duas vezes Tuma interrompeu a conversa com o bispo e enfrentou os garimpeiros na rua, mandando-os ficar quietos.

Colaborou **OLYMPIO BARBANTI JR.**, enviado especial a Roraima

fonte: FSP

class.: 1009

data: 10 01 90

pg.: A-8

Ação do governador visa disputa eleitoral

JOÃO BATISTA NATALI

Da Reportagem Local

Índio não vota. Essa absurda evidência explica em grande parte o que está ocorrendo em Roraima. O Território Federal tem como governador nomeado Romero Jucá. Este, por sua vez, quer disputar uma cadeira no Senado, tão logo Roraima se transforme em Estado. E deverá contar, como base social de apoio, com todo o setor terciário local que atravessa um período de acelerada hipertrofia em razão do capital injetado pelo garimpo.

Não é o caso de se contestar as ambições políticas de Jucá, mas sim de interpelar o grotesco do roteiro que lhe permitiu favorecer o extermínio físico da nação ianomami —estimados 18 mil índios que sobreviviam nesse final de século 20 sem praticamente nenhum contato destrutivo com o homem branco.

A cobiça envolvendo as reservas minerais daquela área é antiga. O governo federal dela tinha conhecimento, ao elaborar, em 1986, seu Projeto Calha Norte. No ano anterior, uma primeira leva de garimpeiros fora retirada

à força das proximidades de uma aldeia ianomami em Paapiú, interrompendo a extração de bauxita. A febre do ouro veio depois. Mais precisamente em 1987.

Na época, teria bastado controlar o tráfego aéreo a partir do aeroporto de Boa Vista, para impedir que o contingente inicial de garimpeiros se instalasse em reservas indígenas e atraísse milhares de outros que hoje operam naquelas matas. Isso não foi feito. O Ministério das Minas e Energia tinha autoridade para evitar a extração sem os necessários alvarás. A Funai tinha autoridade bastante para só permitir o acesso à área de homens brancos portadores de autorizações emitidas no Rio pelo Museu do Índio.

São dois exemplos de normas legais abertamente descumpridas por um governo federal que adotou o imobilismo como receita de sua "Nova República". Sarney não pode alegar ignorância. Em 1988, a Comissão Pelo Parque Ianomami (CPY) entregou-lhe um minucioso estudo sobre a ameaça de genocídio, com cópias para o Congresso constituinte que, então, também deliberava

sobre os direitos dos chamados povos das selvas.

A inabilidade de pressões internacionais favoráveis à preservação daquela nação indígena desembocou numa estúpida polêmica sobre a soberania da Amazônia, como se, ao fim dos silogismos oficiais, favorecer o extermínio de uma raça fosse prova de nacionalismo.

Paralelamente, a Funai delimitava áreas descontínuas na selva, com base no duvidoso critério segundo o qual "terra de índio é onde o índio mora", e não, como é o antropológicamente correto, terra na qual o índio transita. Couberam aos ianomamis bolsões territoriais, cercados por áreas que o governo não reservava ao garimpo, mas sim às grandes adversárias dos próprios garimpeiros: as empresas mineadoras.

O Sarney da Calha Norte também é o Sarney dos ianomamis submetidos ao contágio letal com as endemias dos "civilizados". O futuro senador Romero Jucá é o mesmo que teve na Funai um trampolim para governar um Território Federal em que vem atuando.